



Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal

**Catarina Reis Oliveira (coord.)
Natália Gomes**

Dezembro de 2014
Volume 1 Coleção *Imigração em Números*

Observatório das Migrações
Alto Comissariado para as Migrações (ACM)
222 pp. / ISBN 978-989-685-060-9
Relatório disponível em: www.oi.acidi.gov.pt
Contacto: centro.documentacao@acidi.gov.pt

Resumo

1. A partir de 2010, associando saldos naturais negativos à descida do saldo migratório, Portugal assiste a saldos populacionais totais negativos. Por outras palavras, nos últimos anos o saldo migratório em Portugal deixou de conseguir compensar os valores negativos do saldo natural (a partir de 2011 registam-se saldos migratórios negativos). Ora atendendo que, segundo um estudo do EUROSTAT, a partir de 2015 se prevê que o crescimento populacional dos Estados-membros se consiga apenas com saldos migratórios positivos, **Portugal encontra-se numa situação de fragilidade demográfica**. O contributo dos imigrantes revela-se especialmente importante se considerarmos que Portugal é um dos países da União Europeia com maior índice de envelhecimento (129,4 por cada 100 jovens em 2012). A *Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia* reconhece o contributo da imigração para responder aos desafios que se colocam com os cenários demográficos esperados.

2. Os **imigrantes contribuem positivamente para a demografia portuguesa**. O último Recenseamento da População realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) veio reafirmar o contributo positivo da população estrangeira na demografia portuguesa. Nos últimos 10 anos a população cresceu 2% (206.061 indivíduos), sobretudo como consequência do saldo migratório (que explica 91% desse crescimento).

3. Os estrangeiros têm sido responsáveis não apenas pelo **aumento de efetivos em idade ativa**, mas também pelo **incremento dos nascimentos** em Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas (INE), em 2012 as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por cerca de 10% do total dos nascidos-vivos de mães residentes em Portugal. Esta percentagem é particularmente elevada se atendermos a que a população estrangeira apenas representa 3,7% do total da população residente em Portugal à data dos Censos 2011.



4. A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é tendencialmente **mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa**. A estes resultados não são alheios dois fatores: por um lado, a tendência de envelhecimento da população portuguesa e, por outro, o facto da imigração em Portugal ser predominantemente de motivação económica, ou seja, chega em idade ativa.

5. A população estrangeira residente em Portugal encontra-se sobretudo **concentrada na região de Lisboa** (NUT II). A percentagem de estrangeiros que se concentra nesta unidade territorial corresponde a 51,6%. A elevada concentração de estrangeiros na Região de Lisboa resulta em grande medida das primeiras vagas de imigração provenientes dos PALP. Ainda que as vagas imigratórias mais recentes tenham sido importantes para diminuir a sobre concentração nesta região (por apresentarem padrões de maior dispersão geográfica no território português), não conseguiram retirar a importância relativa da região de Lisboa que capta ainda mais de metade dos estrangeiros residentes no país.

6. Se é verdade que o **número de estrangeiros em Portugal tem diminuindo nos últimos anos**, também se nota que os **perfis de imigração para Portugal estão a diversificar-se**. As condições económicas menos favoráveis do país a partir de 2008, mudaram o perfil de entradas de estrangeiros em Portugal. Não apenas o fluxo global de entradas diminuiu (em especial entre 2008 e 2011, retomando com ligeiro aumento a partir de 2012), como se verifica uma alteração nos perfis das entradas, com aumento de alguns fluxos – caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados e, de forma mais ténue, de reformados – e diminuição de outros – entradas para o exercício de atividades subordinadas.

7. É difícil apurar o número de **saídas ou regressos aos países de origem** pelos estrangeiros residentes em Portugal uma vez que, na maioria dos casos, quando os cidadãos deixam Portugal não informam as autoridades competentes. Os dados acerca dos beneficiários do *Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração* dão alguma perceção do fenómeno, com as devidas ressalvas. Esses dados, divulgados pela Organização Internacional das Migrações (OIM) e o SEF, dão conta do aumento do número de beneficiários e saídas de estrangeiros ao abrigo deste programa, bem como do número de requerentes, evidenciando uma sobre representação dos brasileiros (86% em 2012). Segundo a OIM, entre as principais dificuldades destacadas na justificação para os candidatos procurarem o programa estão o desemprego (46% dos casos) e a regularização (17,9%).

8. A população estrangeira nas últimas décadas apresentou sempre **taxas de atividade superiores aos nacionais**. Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos portugueses era de 47% enquanto a taxa de atividade dos estrangeiros era de 61%. Ao longo das últimas décadas os fluxos de imigração para Portugal vieram responder às necessidades do mercado de trabalho nacional. A população estrangeira não é um todo homogéneo quanto à sua inserção económica, verificando-se três formas de incorporação no mercado de trabalho: (1) *imigração laboral*, personificada principalmente pelos operários dos PALP, brasileiros e do Leste europeu; (2) *imigração profissional*, essencialmente representada por trabalhadores oriundos da União Europeia e do continente americano; e (3) *imigração empresarial*, destacam-se os asiáticos, em especial os chineses.

9. Verifica-se a **sobre representação da população estrangeira em alguns grupos profissionais**. Em 2011, cerca de 49% da população empregada estrangeira estava na construção, indústria e transportes (grupos profissionais da base) enquanto apenas 34% da população empregada portuguesa se enquadrava nesses mesmos grupos profissionais. Em contrapartida, verifica-se a partir dos Censos de 2011 que os portugueses têm mais população empregada (23%) nos grupos profissionais de topo do que os estrangeiros (apenas 13%).



10. A segmentação do mercado de trabalho português, associando os estrangeiros às atividades manuais e mais exigentes, e por vezes mais arriscadas, e a algumas características dos trabalhadores imigrantes (e.g. disponibilidade para trabalhar mais horas, trabalhadores tendencialmente pouco informados acerca dos seus direitos e deveres laborais em Portugal, com conhecimentos limitados acerca dos sistemas de segurança e saúde no trabalho) tem tido consequências na **sinistralidade laboral dos estrangeiros** que se mostra superior à verificada para os trabalhadores portugueses. Em 2011 morreram 13 trabalhadores estrangeiros por cada 100.000 trabalhadores, enquanto a proporção para os trabalhadores portugueses era de apenas 7 acidentes mortais. Estes valores ficam bastante acima do verificado nos países da União Europeia (em 2010, segundo dados do EUROSTAT, verificaram-se 1,87 acidentes mortais por cada 100.000 trabalhadores na zona UE27). Entre 2003 e 2011, a sinistralidade laboral decresceu 9,5% no caso dos trabalhadores portugueses e 13,5% nos trabalhadores de nacionalidade estrangeira.

11. Verifica-se um **desequilíbrio nas remunerações** base médias entre os portugueses e os estrangeiros. Os dados de 2012 dos Quadros de Pessoal mostram que, em média, os trabalhadores estrangeiros têm remunerações 7% mais baixas que a generalidade dos trabalhadores do país. Estes dados diferem em função da nacionalidade do trabalhador. Por comparação aos trabalhadores portugueses são os nacionais dos países terceiros aqueles que tendem a obter remunerações médias mais baixas pelo seu trabalho, enquanto os nacionais de países da União Europeia e da América do Norte tendem a obter as remunerações mais altas. A estas diferenças nas remunerações não são alheias as formas de incorporação no mercado de trabalho e/ou os grupos profissionais em que esses estrangeiros se inserem. Se a comparação das remunerações base médias de trabalhadores em Portugal e estrangeiros for feita em função dos grupos profissionais, observa-se que os trabalhadores estrangeiros diferem para remunerações mais altas nos grupos profissionais de topo (+41% no grupo 1, +18% no grupo 2 e + 114% no grupo 3) e para remunerações mais baixas nos restantes grupos profissionais, sendo nestes últimos grupos os trabalhadores estrangeiros da agricultura aqueles que têm menores remunerações (-15%).

12. Segundo dados dos Censos, entre 1981 e 2011, a importância relativa de **empregadores estrangeiros** no total de empregadores do país passou de 1,4% para 5,2%. Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1981 para 2011 a taxa de variação de empregadores estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em +15,2%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em -7%. Deve atender-se, por outro lado, que nem todas as nacionalidades estrangeiras têm propensões semelhantes à iniciativa empresarial.

13. Segundo dados do Eurostat, em 2012 Portugal era o terceiro país da União Europeia com a taxa de desemprego mais elevada (15,9%), sendo apenas ultrapassado pela Grécia (24,3%) e Espanha (25,0%). O desemprego não incide de igual forma nos diferentes grupos populacionais. As **taxas de desemprego dos estrangeiros são superiores às dos portugueses**; e, por outro, a distância entre estes dois grupos agravou-se substancialmente na última década - em 2001 verifica-se uma diferença de dois pontos percentuais na taxa de desemprego dos portugueses e dos estrangeiros, passando para 6 pontos percentuais em 2011.

14. Durante a última década o **saldo financeiro da segurança social com os estrangeiros foi positivo**. Embora o contributo financeiro dos imigrantes para o sistema tenha vindo a diminuir, este não foi posto em causa com a crise económica e a necessidade de apoiar os imigrantes em termos de proteção social (nomeadamente no que diz respeito à proteção no desemprego). Em 2012, num contexto de crise económica e de aumento do desemprego, se forem contabilizadas as contribuições dos estrangeiros para a segurança social e a estas se subtraírem os gastos com prestações sociais, obtém-se um saldo positivo de cerca de +253,0 milhões de euros (era +321,4 milhões em 2011). Deve ter-se em consideração que esta



tendência de diminuição do saldo reflete a própria diminuição do número de contribuintes estrangeiros (associada ao decréscimo da população estrangeira no país) e ao aumento do número de estrangeiros com prestações sociais, como contrapartida de contribuições efetuadas anteriormente para o sistema de segurança social português. O decréscimo dos contribuintes estrangeiros é transversal ao universo de contribuintes do sistema de segurança social português, onde se verificou igualmente uma redução do número de contribuintes (passaram de 4.362.177, em 2002, para 3.770.764 em 2013). A imigração mostra-se necessária para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de segurança social, contribuindo para um relativo alívio do sistema de segurança social e para a sua sustentabilidade.

15. Os estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com os portugueses. Essa tendência não é, contudo, uniforme para todas as nacionalidades estrangeiras. Segundo os Censos de 2011, as populações estrangeiras residentes com maior percentagem de pessoas com o ensino superior são os nacionais de Espanha (32%, o que equivale a mais 20 pontos percentuais que os portugueses), do Reino Unido (22,8%, mais 11 pontos percentuais face aos portugueses) e da Ucrânia (20,1%, mais 10 pontos percentuais que os portugueses). Também no nível secundário e pós-secundário se observa que a maioria das populações estrangeiras analisadas têm uma maior importância relativa de pessoas com esse nível de escolaridade do que os portugueses, destacando-se os ucranianos (40,5%, o que equivale a mais 27 pontos percentuais que o verificado para os portugueses), os ingleses (37%) e os brasileiros (35%, mais 22 pontos percentuais).

16. Os resultados do PISA 2012 indicam uma evolução positiva no que se refere à integração dos alunos imigrantes nos sistemas de ensino dos vários países da OCDE. Segundo o PISA 2012, o perfil socioeconómico dos alunos imigrantes dos países da OCDE encontrava-se em 2012 ligeiramente mais favorecido que o perfil dos mesmos alunos em 2003, verificando-se igualmente uma redução das desvantagens dos alunos imigrantes, face aos não-imigrantes, em termos de desempenho escolar (OCDE, 2013). Portugal revela efeitos menos acentuados do que aqueles que se verificam no conjunto dos países da UE onde a associação negativa entre *background* imigrante e desempenho escolar assume valores mais elevados. Os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) analisados neste relatório revelam que embora os alunos estrangeiros apresentem globalmente resultados escolares menos satisfatórios que os alunos de nacionalidade portuguesa, entre o ano letivo de 2007/2008 e 2012/2013, notou-se uma **melhoria da performance escolar dos alunos estrangeiros do ensino secundário**. Os estudantes estrangeiros representavam em 2011/2012 cerca de 7% do total de estudantes inscritos no Ensino Superior português, tendo aumentado bastante a sua importância relativa nos últimos anos (em 2000/2001 apenas representavam cerca de 3% do total de estudantes neste nível de ensino).

17. A distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos grupos profissionais do mercado de trabalho em Portugal não reflete necessariamente as suas qualificações. Verifica-se em Portugal o fenómeno da sobre qualificação no mercado de trabalho. Os estrangeiros qualificados em Portugal sem o reconhecimento das suas qualificações representam um importante capital humano que não está a ser aproveitado no mercado de trabalho. Em 2007 foi aprovado um novo enquadramento e regime para o reconhecimento de títulos académicos (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) adquiridos no estrangeiro que gerou nos últimos anos um aumento significativo do número de **reconhecimento de qualificações de nível superior** em Portugal.

18. A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes, tendo por isso aumentado a oferta de **cursos de aprendizagem da língua de acolhimento** um pouco por toda a Europa. Em Portugal, no ano letivo de 2012/13 encontravam-se matriculados na disciplina de *Português Língua Não Materna* (PLNM) – disciplina do ensino básico e ensino



secundário - 2.199 alunos, verificando-se um crescimento significativo relativamente ao ano letivo de 2007/08 (quando apenas existiam 31 alunos matriculados). O *Programa Português para Todos* (PPT) também tem aumentado desde 2008 o número de formandos abrangidos: entre 2008 e 2012, registou-se um aumento de formandos em +224% (3.385 formandos, em 2008, e 10.982 em 2012).

19. Nos últimos anos verifica-se um grande **aumento do número de “novos cidadãos” portugueses** associado essencialmente a estrangeiros residentes em Portugal (mais de 90% das aquisições de nacionalidade) e descendentes de imigrantes. A legislação que regula o acesso à **nacionalidade portuguesa** foi alterada em 2006, tendo sido reconhecida internacionalmente como a melhor política promotora da integração de imigrantes. Entre 2007 e 2012, o número de cidadãos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa atingiu os 223.231, quando entre 2001 e 2006 esse número se situou apenas nos 14.865. Entre 2007 e 2012, apenas 18% dos pedidos de concessão de nacionalidade foram recusados, o que não sucedia antes da nova lei da nacionalidade (entre 2001 e 2006 registaram-se cerca de 30% de pedidos indeferidos).

20. Na década passada aumentou a percentagem de **estrangeiros elegíveis para votar** por total de residentes – passou de 53,3% em 2001 para 62,9% em 2011. Contudo, a percentagem de **cidadãos estrangeiros recenseados** em Portugal para votar por total de estrangeiros residentes elegíveis para votar em eleições locais diminuiu 8 pontos percentuais – em 2001 eram 21,7% (20.602 num universo de 95.036 recenseáveis) e em 2011 apenas 13,5% (26.957 num universo de 199.064 recenseáveis) -, refletindo uma taxa de variação de -37,5% entre Censos, o que tanto pode refletir o crescente desinteresse das populações estrangeiras no país para os seus direitos políticos ou a sua perceção de falta de direitos políticos em Portugal. Os dados relativos ao ano de 2011 mostram que apesar de residirem 77.706 cidadãos da União Europeia em Portugal, apenas 11.301 se encontram recenseados (14,5%). Os países comunitários com as percentagens mais elevadas de recenseados são a Holanda (35,2%), Bélgica (30,1%), Alemanha (27,4%) e Dinamarca (26,2%). No que diz respeito aos nacionais de países terceiros com direito ao voto, os dados de 2011 revelam que apesar de residirem em Portugal 121.565 cidadãos destes países com direitos de voto, apenas 15.656 estão efetivamente recenseados (12,9%). No grupo dos nacionais de países terceiros com direitos políticos, são os cabo-verdianos os que apresentam taxas de recenseamento mais elevadas (36,4%).

21. As **associações de imigrantes têm um papel fundamental no acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes**. No final de 2012 contabilizavam-se 131 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, um número que representa a soma acumulada de associações reconhecidas desde 1999. As associações reconhecidas estão espalhadas um pouco por todo o país, e desenvolvem o seu trabalho em áreas muito diversificadas (e.g. eventos culturais, apoio jurídico, aulas de língua portuguesa, luta contra a discriminação, intervenção política no âmbito das questões da imigração).

22. A situação de desvantagem das populações imigrantes no mercado da **habitação** é comum aos diversos países da União Europeia, identificando-se a sobre representação dos estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas, mostrando-se mais difícil o acesso à propriedade da habitação. Os dados dos Censos 2011 de Portugal relativos à população residente em alojamentos não clássicos (e.g. barracas e alojamentos improvisados) indicam que os cidadãos estrangeiros encontram-se mais representados neste tipo de alojamento (0,65%) que os cidadãos portugueses (0,15%), pese embora esse valor tenha descido consideravelmente por comparação a 2001. A percentagem de estrangeiros a residir em alojamentos sobrelotados (36,6%) é também superior à verificada entre cidadãos de nacionalidade portuguesa (15,6%) na mesma situação.



23. Estrangeiros e o Sistema de Justiça: Entre 2001 e 2012 o número de reclusos estrangeiros no sistema prisional português passou de 1.582 para 2.602. Em 2012 a proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos atingia os 19%. Importa esclarecer que é preciso ter alguns cuidados na análise destes dados estatísticos, uma vez que quando se olha para a criminalidade de estrangeiros, ou para a percentagem de reclusos estrangeiros, deve atender-se que não estamos a falar necessariamente de imigrantes ou de estrangeiros residentes no país. Na realidade muitos destes reclusos ou estrangeiros julgados criminalmente são estrangeiros apanhados na fronteira ou em circulação que não têm qualquer vínculo a Portugal ou intenção de imigrar para o país. Os dados sobre reclusos estrangeiros analisados mostram que a evolução do número de estrangeiros nas prisões portuguesas não está inteiramente correlacionada com a evolução dos fluxos imigratórios em direção a Portugal. Muitos dos reclusos estrangeiros são “indivíduos em trânsito”, isto é, são estrangeiros não imigrantes, sem residência nem atividade profissional em Portugal, sendo que o perfil de reclusos estrangeiros nem sempre corresponde ao perfil de imigrantes residentes em Portugal. Importa ainda atender que os cidadãos estrangeiros estão mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva e que, para o mesmo tipo de crime, apresentam taxas de condenação mais elevadas que os arguidos de nacionalidade portuguesa, verificando-se também que os cidadãos estrangeiros tendem a ser mais condenados a penas privativas da liberdade (prisão efetiva). Estes fatores concorrem para o aumento da importância relativa de reclusos estrangeiros no sistema prisional português.

24. A partir dos dados de **queixas de discriminação de base racial e étnica** acolhidas na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, aferiu-se as áreas de discriminação, as nacionalidades e origem étnica ou cultural das alegadas vítimas. Observa-se que uma parte importante das queixas se reporta a situações ocorridas no domínio laboral (cerca de 20%), seguindo-se as participações por discriminação em estabelecimentos comerciais e pelas forças de segurança (ambas com cerca de 12%). No que se refere à nacionalidade ou origem étnica e/ou cultural das alegadas vítimas de discriminação, destaca-se a nacionalidade brasileira, ucraniana, guineense, cabo-verdiana e angolana (refletindo a sua própria sobre representação no país), verificando-se também expressão de queixas em que as alegadas vítimas foram discriminadas pela cor da pele ou pela pertença à etnia cigana.

25. Relativamente à evolução global das **remessas de imigrantes** na última década, os dados mostram que estas registaram um aumento significativo no período entre 2000 e 2006 – as remessas triplicaram, passando de 189 milhões de euros, em 2000, para 610 milhões de euros em 2006 (ano em que se atinge o pico da década em análise). Nos últimos anos interrompeu-se esta trajetória de crescimento, refletindo a crise económica e a redução do número de residentes estrangeiros no país. Em 2012 o montante global das remessas de imigrantes para os países de origem fixou-se nos 526 milhões de euros, constatando-se que os principais países de destino são, por ordem de importância: o Brasil (42,9%), Ucrânia (7,4%), França (3,8%), Espanha, Roménia e Angola (2,9%) e Cabo Verde (2,7%). Quando se comparam os dados de 2000 com os dados de 2012, sobressaem algumas alterações, verificando-se o crescimento das remessas com destino à Ucrânia (+37 milhões de euros), Brasil (+192 milhões) e Roménia (+11 milhões). Para estes resultados muito contribui o significativo aumento dos residentes de nacionalidade brasileira, ucraniana e romena entre os Censos 2001 e 2011.